



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 05934/18

Objeto: Prestação de Contas Anual

Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz/PB

Exercício: 2017

Responsável: Francisco Dutra Sobrinho

Relator: Cons. Arnóbio Alves Viana

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – PREFEITO – AGENTE POLÍTICO – CONTAS DE GOVERNO – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO I, C/C O ART. 31, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO ART. 13, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO IV, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/93.
Parecer Favorável à aprovação das contas de governo. Encaminhamento à consideração da Câmara Municipal.

PARECER PPL – TC –00339/2.018

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 71, inciso I, c/c o art. 31, § 1º, da Constituição Federal, o art. 13, § 1º, da Constituição do Estado, e o art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 18/93, apreciou os autos da **PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BREJO DO CRUZ/PB**, relativa ao **exercício financeiro de 2017**, sob a responsabilidade do **Sr.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 05934/18

Francisco Dutra Sobrinho e decidiu, em sessão plenária hoje realizada, por maioria, na conformidade do voto do relator, emitir **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação das contas de governo do mencionado gestor, encaminhando a peça técnica à consideração da Egrégia Câmara de Vereadores do citado município para julgamento, e, por meio de Acórdão de sua exclusiva competência:

- I. Declarar o atendimento parcial** aos dispositivos da LRF.
- II. Julgar regulares com ressalvas as contas de gestão do Sr. Francisco Dutra Sobrinho**, relativas ao exercício financeiro de 2.017.
- III. Aplicar multa, ao Sr. Francisco Dutra Sobrinho**, no valor de R\$ 3.000,00(três mil reais), correspondente a 60,72 URF/PB, ao mencionado gestor com fulcro no art. 56 da LOTCE/PB, na forma preconizada pelo artigo 201, §1º, do RITCE/PB, assinando-lhe o prazo de sessenta (60) dias para o recolhimento aos cofres do Estado, em favor do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, sob pena de cobrança executiva desde logo recomendada.
- IV. Recomendar** à atual gestão do citado município no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das normas infraconstitucionais e ao que determina esta Egrégia Corte de Contas em suas decisões, evitando-se a reincidências das falhas constatadas no exercício em análise, em especial para:
 - a. observância ao disposto na Lei nº 4.320/64;
 - b. adequação ao disposto no PN-TC-0016/17;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 05934/18

- c. abertura de Procedimento Administrativo para apurar supostas ocorrências de acumulações indevidas por servidores da Prefeitura Municipal;
- d. que não sejam reiteradas as omissões/incongruências contábeis verificadas pela d. Auditoria;
- e. observância, sem restrições, às determinações da LRF, bem como o que ditam os manuais de contabilidade pública quanto aos restos a pagar;
- f. regularização da situação dos recolhimentos de contribuições previdenciárias, para evitar o descontrole da dívida ocasionada pelos sucessivos inadimplementos, e
- g. Resguardar os princípios norteadores da Administração Pública.

V. Representar à Receita Federal acerca do não recolhimento de contribuições previdenciárias.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE – Plenário Ministro João Agripino

João Pessoa, 05 de dezembro de 2018.

Assinado 17 de Janeiro de 2019 às 11:06



Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE

Assinado 16 de Janeiro de 2019 às 15:26



Cons. Arnóbio Alves Viana
RELATOR

Assinado 18 de Janeiro de 2019 às 12:25



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
CONSELHEIRO

Assinado 17 de Janeiro de 2019 às 11:03



Cons. Marcos Antonio da Costa
CONSELHEIRO

Assinado 17 de Janeiro de 2019 às 09:49



Cons. Fernando Rodrigues Catão
CONSELHEIRO

Assinado 17 de Janeiro de 2019 às 08:14



Cons. Arthur Paredes Cunha Lima
CONSELHEIRO

Assinado 16 de Janeiro de 2019 às 16:08



Luciano Andrade Farias
PROCURADOR(A) GERAL